

A privatização pode melhorar o saneamento?

SIM

Desestatização ajuda área social

ROBERTO MOUSSALLEM

A privatização da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) faz parte da política de desestatização que o governo baiano está implementando, com muito sucesso, desde 1994. Já foram privatizadas as empresas de energia e navegação e o banco estatal.

A política de desestatização é importante para as finanças públicas porque reduz despesas. Além disso, traz capital privado para investimentos expressivos em infra-estrutura, melhorando a qualidade na prestação dos serviços.

Para citar um exemplo: a Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia), vendida por R\$ 1,74 bilhão, com ágio de 77,44%, em dois anos e meio atuando como empresa privatizada, já investiu R\$ 364 milhões, poupando o governo desse desembolso. Quando o Estado deixa de investir e reduz o custeio nas áreas privatizadas, passa a ter condições de intensificar investimentos em outras áreas, sobretudo na social.

Lembro que o saneamento é um setor, no Brasil, em que os números mostram uma necessidade de investimentos intensivos para que se consiga chegar a níveis ideais de cobertura de água e de esgoto.

Levantamentos do próprio governo federal indicam a necessidade de investimentos que superariam US\$ 20

bilhões para que fossem alcançados índices adequados. Não há como governos estaduais ou empresas estatais alocarem esses recursos. É, portanto, de fundamental importância que haja aporte complementar de recursos do capital privado para o saneamento.

A privatização da Embasa nos parece o caminho mais rápido e eficiente para que possamos assegurar à nossa população um salto de qualidade de vida no que se refere a saneamento.

Os números do esgotamento sanitário deixam a dever em todo o país, inclusive entre nós, mas as nossas perspectivas de melhora são concretas. Em 1995, o índice de cobertura nos centros urbanos da Bahia era de 13,4% de esgoto tratado. Hoje, é de 18%. Nossas projeções indicam que chegaremos a 40% em dois anos.

Está em pleno andamento um dos maiores programas de saneamento já realizados no Brasil: o Bahia Azul. Deve ser também o mais importante. Com investimento de US\$ 600 milhões, o programa fará com que Salvador seja uma das capitais mais bem saneadas do país, preservando e saneando as águas da baía de Todos os Santos e os rios urbanos, despoluindo as praias e beneficiando, além da capital, mais 11 municípios situados em torno da baía.

É preciso que esse nível de investimento seja mantido e até ampliado. A Embasa está sendo privatizada com obrigações de investimentos explícitas

no edital de privatização e metas de cobertura e de qualidade dos serviços a serem cumpridos pela empresa vencedora. O objetivo da privatização, portanto, é atingir níveis de saneamento adequados e assegurar um serviço de qualidade para toda a população.

O programa de privatização está sendo feito em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Pretendemos, no final de fevereiro, contratar a empresa de consultoria que fará a avaliação da empresa, definindo sua modelagem. Será criada, ainda, uma agência estadual reguladora dos serviços de saneamento.

Cabe um alerta: o setor de saneamento é muito mais complexo do que os demais setores de serviços públicos. Além disso, existem lacunas na legislação que o rege, favorecendo a ocorrência de conflitos, principalmente na área da titularidade. Não se deve esperar que a desestatização em nível nacional se dê com brevidade.

Enquanto isso, o governo federal precisa manter o nível de investimento no setor, sob pena de começarmos o novo milênio com retrocesso nos indicadores de saneamento. Isso significaria o retrocesso nos indicadores da qualidade de vida do povo.

Roberto Moussallem, 49, engenheiro eletricista, é secretário da Infra-Estrutura da Bahia.

NÃO

Um filme que não nos agradou

ANTONIO MARSIGLIA NETTO

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) é contra a privatização do saneamento básico. Partimos da avaliação do nível de atendimento da população brasileira. Segundo nosso levantamento, o abastecimento de água atende a 72% do total da população do país (91% da urbana). O esgotamento sanitário, por sua vez, atende a 31% do total da população (39% da urbana).

A população não atendida situa-se nas regiões mais pobres do país (Norte e Nordeste), em municípios pobres de população pequena, nas periferias dos municípios grandes e médios e na área rural.

A questão envolve, portanto, a população mais pobre do país. Isso significa que o investimento necessário à universalização dos serviços seria destinado a atender a população de menor capacidade de pagamento. Ou seja, de retorno econômico insuficiente para a iniciativa privada.

As características principais dos serviços de saneamento são:

a) trata-se de um monopólio natural que, segundo o professor Paul Singer, apresenta uma peculiaridade: "Representa um bem público como ingrediente essencial da saúde pública. Se a comunidade quiser se proteger de doenças transmissíveis, é necessário que todos os seus membros tenham acesso ao saneamento, independente-

mente de sua capacidade ou disposição de pagar o custo desses serviços";

b) apresenta características externas importantes relacionadas à saúde pública e ao meio ambiente;

c) oferece um produto (água potável) de disponibilidade regionalmente limitada e de consumo obrigatoriamente universalizado. Ainda segundo o professor Paul Singer: "O que contradiz a regra básica do mercado, a vigência da lei da oferta e da procura". O economista diz ainda: "Não dá para entregar monopólios naturais à iniciativa privada";

d) requer investimentos altos com retorno de longo prazo e com taxas não superiores a 12% ao ano. Na verdade, como o investimento é elevado, sua amortização em prazos menores tornaria as tarifas insuportáveis à sociedade em geral;

e) os benefícios sociais são maiores do que os financeiros. De fato, a promoção da salubridade ambiental é condição básica para a promoção social. O trabalhador doente ou não é produtivo ou é desempregado;

f) seus ativos operacionais são indisponíveis. Em tese, pertencem à sociedade. Não podem ser transferidos de local porque são indispensáveis à continuação permanente da prestação dos serviços à população;

g) a entidade operadora dos serviços não pode interrompê-los, reduzindo ou paralisando as atividades por motivo de concordata ou falência. Isso

não se coaduna, em tese, com a idéia de passá-los à iniciativa privada.

Essas características peculiares do setor de saneamento são os argumentos que contrariam a gestão privada do setor. É interessante citar que nos países desenvolvidos, com exceção da França e da Inglaterra, os serviços de abastecimento de água e saneamento são, em geral, públicos.

É preciso ainda acabar com a prática do loteamento político dos cargos diretivos para que melhore o desempenho das companhias estaduais.

No passado o Estado valeu-se do concurso de empresas privadas, principalmente internacionais, no caso dos serviços públicos, inclusive saneamento. Praticamente a totalidade dessas concessionárias privadas foram retomadas pelo Estado sob as seguintes alegações:

a) queda na qualidade de prestação dos serviços;

b) falta de capacidade de investimento em decorrência da redução de rentabilidade face ao contingenciamento dos valores tarifários;

c) desinteresse de outros empreendedores privados em assumir as concessões.

Esperamos que não estejamos frente a um movimento pendular e tenhamos de assistir novamente a um filme que não nos agradou.

Antonio Marsiglia Netto, 64, engenheiro, é presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e vice-presidente metropolitano da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).